

DEPOIMENTO DE UM HOMEM DA CULTURA*

Pronunciamento do Prof. Aloísio S. de Magalhães perante a Comissão Parlamentar de Inquérito, em 23/04/81, destinada a investigar a situação do Patrimônio Histórico e Artístico Nacional

Sr. Deputado Célio Borja, Presidente desta CPI, Sr. Relator, Deputado Fernando Coelho, Srs. Deputados membros da Comissão, minhas Senhoras e meus Senhores, é de tal modo ampla a área cujos problemas me cabe discutir aqui, neste momento — avanços, recuos, vitórias e derrotas — que me foi muito difícil escolher por onde começar. Em outras palavras, a abordagem do problema pode ser feita por vários filões, por vários caminhos. Prefiro que a limpidez, que a clareza das palavras me surgissem diante dos estímulos, da facilidade e da espontaneidade que uma sessão como esta pode proporcionar. Sei que acertei, na medida em que essa espontaneidade me permitiu colher, para começar este depoimento, uma conversa que mantive ontem e que, na verdade, representa um privilégio que me foi acordado pelas circunstâncias da vida, de acompanhar, em Minas Gerais, a visita do Diretor-Geral da UNESCO ao Brasil, e o privilégio, meu caro Presidente, extraordinariamente gratificante, de acompanhá-lo, de automóvel, nas interligações entre Belo Horizonte e Ouro Preto, entre Ouro Preto e Congonhas, entre Congonhas e Belo Horizonte. No recinto privado, fechado de um automóvel, sem interrupção de telefone nem de outras personagens, foi possível um colóquio, um diálogo, enfim, uma conversa profundamente significativa e gratificante para alguém como eu, que se aventura na responsabilidade de cuidar do patrimônio cultural da Nação brasileira.

* Título dado pela Redação do EA.

Digo gratificante porque encontrei, nesse diálogo, não só respostas para uma série de questões que me afligem, que me inquietam, mas também a aprovação e a identificação imensa de inúmeros desses pontos que me pareceriam ainda frágeis na sua conceituação. Dado o *apport* da inteligência, da sabedoria do Sr. M'Bow, sua extraordinária vivência como Diretor-Geral da UNESCO, já num segundo período de mandato, pude, então, voltar a Brasília, para vê-los nesta reunião, profundamente motivado e gratificado por esse privilégio que as circunstâncias de tempo me ofereceram. Nessa conversa, as questões mais intensas e fortes foram as relativas ao que é o bem cultural, como se caracteriza a soma, a variedade e diversidade de componentes de um Nação que poderiam ser retidos e tidos como bem cultural. Além do mais, a questão conseqüente de, se é difícil nos atermos ao que seja o bem cultural de uma Nação, verificarmos o que se insere no domínio do permanente, o que se insere no domínio patrimonial, o que se insere no domínio daquelas coisas que deverão ficar retidas, guardadas, e não só guardadas, mas redevolvidas à comunidade, porque são elas os indicadores preciosos e únicos do perfil, da identidade de uma Nação. A conversa vai além e fica demonstrado que nem sequer é possível estabelecer-se esse critério de abordagem sem se levar em conta a situação específica da cultura à qual nos estamos referindo. Que cultura é essa? Que Nação é essa, cujos componentes do seu universo de bens culturais queremos identificar, analisar, conhecer? E, ainda mais, identificar em que momento da sua trajetória, em que instante da sua inevitável e contínua evolução no tempo? Qual a importância, maior ou menor, que esses referentes patrimoniais terão no desenho projetivo da Nação? Por aí V. Exas. podem ver a dimensão, a densidade, a complexidade dessa conversa. O que se verificou — para mim tornou-se muito claro — foi que chegamos a alguns indicadores iniciais que nos permitiriam progredir na idéia. O primeiro deles foi justamente a propósito de Ouro Preto, patrimônio mundial, tese que eu havia defendido, pessoalmente, em setembro do ano passado, em Paris,

diante da Comissão dos 21 membros da UNESCO, dos mais diversos países, das mais diversas culturas, ocasião em que aprendi muito e muito retive desse encontro. Primeira constatação: a diferença entre os países ricos e os países pobres. Esse abismo, Srs. Deputados, V. Exas. conhecem muito bem, sabem muito bem o seu tamanho, pelo menos no que diz respeito aos problemas de tecnologia, de economia, de dependência. E vai muito além, porque tudo isso se reflete também no domínio do patrimônio e do bem cultural. A distinção, a diferença é idêntica, e dificilmente essa ponte poderá ser estabelecida. Além da básica diferença entre os países ricos e os pobres, foi-me possível armar uma pequena hipótese de raciocínio que talvez nos sirva neste momento. Pediria a V. Exas. que me seguissem nesse raciocínio provável de abordagem do problema. É que parece existir maior diversificação nas formas de cultura. Por exemplo, a relação dos países ricos e velhos com seu patrimônio cultural; a relação dos países velhos e pobres com o seu patrimônio cultural; e, conseqüentemente, as relações dos países novos e ricos e dos países novos e pobres. Essas quatro categorias de situação apresentam-se nitidamente a qualquer pessoa que se aproxime do problema, da percepção e do conhecimento do patrimônio cultural. E digo mais: a formulação em quatro categorias não chega a ser muito exata, na medida em que há interfaces, situações ambíguas, que podem prevalecer dentro desse quadro de referência. Entretanto, como quadro de referência, creio que ele nos pode ser útil, porque, na verdade, a diferença dessas relações é enorme nas quatro categorias. Nos países velhos e ricos, densos, cristalizados, tudo já está feito, o bem cultural passa a ser uma referência um pouco longínqua, apenas gratificante, rica, provavelmente composta e elitistamente vista como os bens-síntese, como as grandes representações que aquele momento civilizatório criou e que, na verdade, encontram apenas esse repositório, encontram apenas a gratificação, o lazer das comunidades às quais eles pertencem. É uma situação confortável, cômoda. Eu dizia, mesmo, defendendo Ouro Preto na reunião do patrimônio mundial, que, ao lado da Catedral de Chartres, nada vai acontecer — não há perigo de uma fábrica de aço ou de cimento ser implantada ao seu lado. Ali isto já não é mais possível — e não preciso explicar a V. Exas. porque — pois, na verdade, a França já está economicamente desenvolvida, tem uma consciência bastante nítida

da dos seus valores culturais. Além disso, já se ganha, na realidade, muito dinheiro com Chartres com o turismo, enfim, está tudo posto e feito. O risco delas é outro, na própria e inevitável trajetória do homem, que destrói, ele mesmo, o que faz. É a guerra, são as situações de ruptura, que — estas, sim — poderão ameaçar o patrimônio desses países. No caso dos países velhos e pobres, a situação apresenta-se diversa, dramática, e é profundamente importante ser vista e analisada. É que esses países têm consciência dos seus valores, sabem da densidade, da cristalização daquele patrimônio e que a própria Nação poderá voltar a ser esplendorosa. Porque é preciso não esquecer que essas nações velhas e pobres foram esplêndidas; na sua trajetória, passaram por momentos em que atingiram ápices monumentais de poder econômico, de desenvolvimento cultural, de uma maneira genérica, e hoje assistem, de maneira também dramática, ao dilapidar, à morte, ao desuso de grande parte desse patrimônio. E, sem condições físicas, econômicas, metodológicas para enfrentar esse problema, dependem enormemente da ajuda de fora. Criam-se grandes dependências dos fortes e ricos, na medida em que é preciso proteger o patrimônio cultural. Sofrem, inclusive, Excelências, um dos momentos mais dramáticos por que uma civilização pode passar: ver valiosas peças do seu patrimônio serem levadas, roubadas pelas potências fortes, que constroem museus nas suas grandes cidades com o que foi tirado de civilizações históricas, com o que foi roubado — com o pretexto de que foi vitória de guerra em cima dessas culturas. A civilização ocidental está cheia desses exemplos. E os países ricos e velhos estão carregados de valores e de tesouros que foram retirados do seu contexto em nome, inclusive, da salvaguarda, da proteção, da permanência, e que foram alienados do povo, da nação, do grupo social que construiu, no seu processo histórico, esses acervos. Essa, a situação das mais dramáticas, em que se encontra o patrimônio cultural da Humanidade. Já na banda de cá, nos países novos, como eu diria, pobres e ricos, o fenômeno é fácil de ser analisado. No caso dos ricos, é o dispêndio excessivo de recursos, a fragilidade com que são tratados os seus bens, na pressa, na velocidade com que se quer comprar, absorver, enriquecer, por processos pouco legítimos, no sentido de autenticidade, o seu patrimônio. São as fáceis conquistas, as grandes compras de quadros e de outros bens culturais de outras nações. É um processo inverso e curiosa-

mente parecido com o que se opera no caso dos países ricos e velhos, que roubam e retiram o patrimônio dos outros. Restam os países pobres e novos. A esses, e para esses, devemos voltar nossos olhos e nossa reflexão, porque aí talvez se encontrem, Excelências, uma série de parâmetros e de paradigmas que, nesta altura da vida do Ocidente — pelo menos falamos do Ocidente — adquirem um significado todo especial. É que talvez esteja unicamente nos segmentos de autenticidade dessas nações, nos frágeis e pequenos elementos que constituem o seu patrimônio, como cultura, justamente a probabilidade da sua salvação, diante de um mundo criado pelo homem ocidental, em que tudo são impasses, em que nada foi resolvido, em que o dinheiro não compra a harmonia, não compra a identificação do homem com o seu meio ambiente, diante de um mundo em que tudo está em xeque, em que nenhuma das formas de valorização econômica, tecnológica e mesmo científica está verdadeiramente à disposição de todos. É uma inverdade, uma balela, a transferência de tecnologia. Isso não existe. O que existe é subordinação, venda de tecnologia, de formas de fazer, que são impostas suavemente a outras nações, mas que, na verdade, são imensas e novas garras, vínculos de dependência tecnológica, de necessidade de apoio permanente e contínuo. Na verdade, é nesses países que se encontram numa situação em que não são ainda identidades formadas, não são ainda economias estabelecidas, não têm ainda o seu perfil desenhado e completo, que, a meu ver, reside a grande esperança de solução, através dos componentes da sua identidade cultural. E aí, Senhores, lanço uma hipótese que, a meu ver, deve ser fixada e tomada por nós como fundamental. Não existe desenvolvimento econômico que não seja autêntico; não existe verdadeiramente uma nação que se forme, que progrida, que se enriqueça, a não ser à base dos componentes da sua verdade, da sua identidade autêntica, dentro da sua trajetória enquanto Nação. Tudo o mais será, evidentemente possível ser feito, inclusive a transferência de tecnologia e até mesmo o enriquecimento de uma nação — a nação torna-se rica, mas sem caráter, para não dizer rica e completamente dependente de outras nações. Um grande problema, a meu ver, é a confusão que o Ocidente parece fazer de propósito entre o universal e o apenas igual. Na verdade, essa confusão custa-nos caro e é um dos mais graves problemas com que o Ocidente se defronta. É que a imposição dessas formas

tecnológicas, que é a tradução mal-feita, precipitada e acelerada dessa suposta transferência de tecnologia, está criando no mundo — pelo menos no Ocidente — uma monotonia, um achatamento, uma igualdade a que chamam de universalidade. Universal, meus Senhores, não é igual; universal é o diversificado, é a interligação, é a interface de diversas coisas, da heterogeneidade que compõe o caráter de uma nação. E, na medida em que nós, países pobres e novos, formos caindo nesse engodo de nos tornarmos iguais... Que igualdade é essa que, na verdade, só faz diminuir a capacidade criativa, só faz diminuir a intensidade das relações, só faz diminuir a potencialidade de riquezas não conhecidas, que estão escondidas debaixo da frequência com que, reiteradamente, no processo histórico, essas comunidades diversificadas vinham criando? Aí está o grande risco — e peço desculpas a V. Exas. por dar tanta ênfase ao aspecto tecnológico e, portanto, econômico, do patrimônio cultural — na medida em que é também um engodo que nos querem impingir, o de que patrimônio histórico são somente os bens de pedra e cal, os belos monumentos criados pela cultura, que são válidos, que são importantíssimos, mas que são apenas uma das faces do problema. Neste momento histórico, de impasses, em que a trajetória das nações novas, que ainda não se comprometeram com essas formas decadentes, achatadas, insolúveis, que começam a se perpetuar no Ocidente, antes de cairmos nesse engodo, temos obrigação de não esquecer esses valores, temos a obrigação de buscar neles a solução dos nossos problemas, inclusive os econômicos. É verdade que muitos desses fatores, desses segmentos a que nos referimos, da idéia patrimonial de tecnologias básicas que são autênticas e — não vão resolver o impasse energético, não vão pagar o balanço de pagamentos, não vão equilibrá-lo, mas, Srs. Deputados, aos poucos, criarão riquezas, pequenas riquezas que, por sinal, ao contrário da famosa riqueza tecnológica, que só existe para ser repartida quando o bolo cresce, no caso das pequenas riquezas patrimoniais, já nascem distribuídas, disseminam-se na família, no grupo social pequeno das comunidades que criaram, que elaboraram, que laboraram naquela tecnologia. Esse aspecto, inclusive, precisa ser ressaltado: a balela do bolo grande — que se espera que cresça para, então, ser distribuído com as comunidades periféricas — estará resolvida, em parte, no momento em que nós a tivermos e fizermos o esforço de conhecer, de

analisar, de incentivar, de proteger e de impulsionar esses componentes autênticos do patrimônio cultural da Nação brasileira. Curiosamente, esse discurso, começando por um aspecto do real e do de hoje, numa reunião proposta em que se analisará, durante o percurso da Comissão, o patrimônio cultural, a partir do passado, o que se processou, pelo menos, em minha pessoa, foi que o contacto com o real e o de hoje, na emergência dos problemas e da necessidade de nos salvarmos do engodo, a partir da realidade cultural de hoje, dos componentes do nosso espaço cultural, da pequena comunidade ao grande centro, ou seja, essa preocupação com o real e o de hoje, no universo cultural brasileiro, aos poucos levou-me a uma constatação, absolutamente, de uma força muito grande. É que nós não poderíamos entender, conhecer, proteger e estimular esse patrimônio vivo, se não recuássemos no tempo, se não fôssemos para trás, no pretérito, à busca reiterativa do componente do processo histórico. Em outras palavras, esses valores de hoje, essa disseminada riqueza de componentes de cultura no espaço brasileiro, vêm de antes, têm a sua própria trajetória, obedecem a um caminho que é preciso saber percorrer e conhecer, sob pena, inclusive, de não sabermos levá-los adiante. São os componentes pretéritos do processo histórico que indicarão, no momento de hoje, a trajetória futura da Nação brasileira. Na medida em que fomos capazes de conhecer a reiteração e a frequência com que ocorreram certas verdades no espaço brasileiro, no plano político, no plano social, no plano da criatividade, no plano económico, em todos eles; na medida em que conhecermos as nossas verdades, que têm sido ditas através do processo histórico, em que conhecermos esses componentes, é que poderemos, realmente, pensar no tempo novo. A imagem que eu utilizo é a do estilingue ou do bodoque. A pedra irá sempre mais longe quanto mais recuarmos a borracha, e é preciso que a borracha não parta, é preciso que nessa busca da força energética pretérita não ocorra ruptura, e, portanto, que se conheça, num contínuo, os componentes que fazem verdadeiramente essa energia, e aí a pedra irá mais longe; aí a Nação encontrará fôlego de enveredar por um tempo novo. Então, foi essa constatação de que não era possível, de maneira alguma, laborarmos no projetivo, a partir do real, de hoje, sem o conhecimento do pretérito, que a nossa visão e todo o trabalho nosso foi voltado para isso. Onde estão os componentes desse tempo

pretérito? Onde estarão guardados? O que fez a Nação brasileira desses bens? E aí, meus Srs. Deputados, inevitavelmente, posei os olhos e a reflexão no Instituto do Patrimônio Histórico e Artístico Nacional, o IPHAN, notável instituição a que a Nação brasileira deve muito. Criada em 1936, pela admirável percepção projetiva de Capanema, de Mário de Andrade e de Rodrigo de Melo Franco de Andrade, que naquele momento tiveram a percepção, absolutamente coerente com o que estou transmitindo aos Srs., só que num tempo diverso e numa complexidade de um Brasil menor. Daí a busca, ou a tentativa, de que não é preciso criar-se uma instituição a mais, não é necessário que se faça mais uma fundação, ou instituição, como é hábito na Nação brasileira. A cada problema novo cria-se uma instituição para resolvê-lo e vamos passando para frente, jogando fora as nossas instituições antigas, carregadas de informação, carregadas de valor, densas de significado, vamos jogando fora, como quem tira uma camisa, ou como uma tesoura maluca que vai cortando o processo cultural, civilizatório, deixando os pedaços no caminho, na suposição vã de que uma instituição a mais resolverá o problema. Não resolve. Engordam, incham, transformam-se em imensos sistemas burocráticos que, na verdade, episodicamente, podem resolver, podem aliviar um problema ou outro, mas não tocam no fundo do buraco, não vão até onde deveriam ir, porque carecem dos componentes da informação e da densidade do tempo pretérito, carecem da humildade de ouvir os velhos, os homens que guardam, na Nação brasileira, com o maior carinho, sem nenhum apoio, quase sem nenhum recurso, os grandes acervos, reunidos e guardados, e que permanecem graças à abnegação, graças ao amor, à fidelidade, de alguns poucos brasileiros. Criam-se novas instituições culturais, novos elementos para avivar, para dinamizar setores. O que é feito da Biblioteca Nacional? Sabem os Srs. Deputados qual a situação da Biblioteca Nacional? Quem tem pensado, refletido, e investido sobre a Biblioteca Nacional, esse admirável tesouro de iconografia do livro, que a partir de D. João VI, da sua biblioteca particular, que ele deixou ao Brasil, vem, longa e laboriosamente, acumulando saber e informação, e que não é o que deveria ser, não é a cabeça do sistema nacional de bibliotecas. É a biblioteca que mal serve à cidade do Rio de Janeiro, quando o seu papel, a sua missão, uma missão imensa, de ser a biblioteca líder, que informa, que fornece dados, que empresta meto-

dologia, que treina as pessoas. Enfim, não preciso alongar-me na explicação dessa omissão que a Nação tem dentro dos mais importantes dos seus componentes culturais. E todos os outros. O que é feito do Museu Nacional, da Quinta da Boa Vista? Se não fossem os empréstimos, as injeções, pequenas, precárias, do FINEP, CNPq, estimulando pós-graduação, porque está na moda, estimulando novas formas de atividade, o Museu já não existiria. O museu, aliás, enquanto museu, não existe; o que existe é uma casa admirável, a residência do nosso Imperador, carregada de bens culturais, como uma casa de cômodos, dividida em tabiques, e cada tabique daqueles com uma riqueza incomensurável. E o risco que isso corre, e o perigo a que isso está exposto — de destruição, pela própria impossibilidade que se tem, de classificar, de organizar e de arranjar esse material, de uma maneira competente e conveniente? E a devolução desses bens aos jovens da Nação brasileira? E o acesso a essa informação? Se os Srs. Deputados visitarem a Seção de Botânica, o herbário do Museu Nacional, e verificarem as imensas salas e as imensas quantidades de latas, de cofres, que contêm 2, 4, 5 mil, cada um, de espécimes de Botânica brasileira, todos guardados, graças a Deus, mas tudo absolutamente impossível de ser manipulado e conhecido. Eu não tenho dúvidas de que no dia em que a Seção de Botânica puder organizar, fichar, referenciar essa seleção, os jovens brasileiros aparecerão naturalmente para se especializarem na área de Botânica. Mas sem ter acesso à informação, sem ter possibilidade, verdadeiramente, de tocar nesses objetos, de conhecê-los, isso é impossível. Os Srs. Deputados sabem que na Alemanha havia, num dos seus Museus que foi destruído na guerra por um incêndio, equivalentes históricos de um herbário parecido com o nosso e que, hoje, só resta o do Museu Nacional? Os únicos exemplares existentes estão contidos na coleção do Museu Nacional. Os europeus são obrigados a nos procurar, a vir aqui e, provavelmente, não têm o acesso conveniente, porque esses bens não estão classificados de uma maneira que se possa a eles ter acesso, de maneira mais fácil e mais conveniente. Algumas seções funcionam porque já vieram aqui cientistas que fizeram um esforço enorme, naquela área do seu interesse, para classificar, ordenar o material. Mas à visão de conjunto, ao universo completo desses bens não se pode ter acesso. Enfim, é nesse sentido que o patrimônio cultural amplia-se enormemente, sai do seu canal, que era

tido, no Brasil, como praticamente o único. Essa instituição era conhecida e identificada como uma instituição que consertava, conservava prédios de pedra e cal, quando, meus Srs., a lei que criou essa instituição, o documento de Mário de Andrade que concebeu esta instituição, diz justamente o oposto, ou seja, que os componentes culturais brasileiros, na sua diversidade, vão desde os arqueológicos até os de belas-artes, passando por etnografia, por botânica, por arquivo, por livro — enfim, pelo universo de que se compõe, verdadeiramente, o perfil cultural de uma nação. Curiosa e felizmente, a percepção desses homens foi completa na medida em que a lei votada em 36, 37, contempla esse universo tão amplo. Foi possível que guardássemos na lei, no instrumento legal, a dimensão verdadeira do patrimônio cultural brasileiro. E aí surge uma curiosa forma, talvez até interpretativa, uma hipótese que lanço, a de que, na verdade, na estatura intelectual e moral de Rodrigo, ele imaginou um plano. Houve um desenho que foi o de que seria impossível começar a cuidar de todo o universo, e que ele teria como que, naquela gama horizontal de bens, escolhido um filão e, através dele, exercer para a Nação brasileira o conceito de proteção do bem cultural. E por que teria feito Rodrigo isso? Em primeiro lugar, porque ele tinha que lutar, não contra o desvario ou a falta de cuidado do povo da cidade, mas do Governo, das autoridades, do Clero, do Poder Legislativo, do Poder Judiciário, que com enorme facilidade permitia que se destruíssem igrejas, derrubando-as para construir uma rua, que se fizesse qualquer tipo de coisa em nome do chamado progresso. Não havia na Nação brasileira o conceito de bem cultural — o patamar de bem cultural foi tirado por Rodrigo Melo Franco de Andrade, através de uma ação absolutamente persistente, intensa, em cima de um dos filões. E por que esse filão? Porque justamente Rodrigo teria percebido — são hipóteses — que na cultura brasileira as representações não são de natureza monumental. Não costuma o Brasil — o gênio, a invenção brasileira — dedicar-se ao monumental. Mas há o diverso, há uma grande quantidade que se expressa, se exprime de maneira às vezes frágil, sutil, delicada. Não sei se os Srs. viram recentemente a exposição de arte plumária do índio brasileiro, que fizemos em Brasília, onde se via uma das mais fantásticas aventuras da invenção humana: do dejetado, da pluma que se joga fora, quando se mata o animal, rapidamente saltar para a

jóia, demonstrando admirável capacidade de transformação, reciclagem de gênio, em que é possível tirar do nada aquilo que é mais síntese, forte e intenso: uma jóia. Então é nesse sentido, da não preocupação com o monumental, mas com o monumental intrínseco, que parece ser uma tônica da cultura brasileira, que levou Rodrigo, com razão, a dizer: preciso escolher o que é mais visível, mais monumental, porque através dele é mais fácil e mais correto impor-se uma linha de conduta. Depois, pensava Rodrigo, provavelmente, que o caráter da arquitetura era inextinguível; porque ou ela existe ou foi derrubada. Não é como o livro, que se pode queimar. No incêndio de Caraça foram destruídos alguns exemplares importantíssimos de geografia brasileira. Mas existe um idêntico no Museu Goeldi, na Biblioteca Nacional — enfim, a perda é menor. Mas, no caso do bem de pedra e cal, não há meio termo: ou ele é, ou não existe. Então, teria Rodrigo feito uma espécie de desenho, de preferência, o que foi extremamente inteligente. Nós conhecemos, temos acesso aos documentos de Rodrigo Melo Franco de Andrade escritos ao Supremo Tribunal, as defesas escritas por sua própria mão, em que ele conseguia acórdãos, da maior significação, sobre a preservação do patrimônio cultural brasileiro. É uma vitória que depois poderia, como hoje

estamos tentando, espalhar-se para os outros setores do bem cultural. Mas, sem a dependência de Rodrigo não creio que isso fosse possível e sequer deteríamos mais o número de bens culturais de pedra e cal que foram salvos pela ação do Patrimônio Histórico. Dessa forma, é nesse sentido que a trajetória é coerente. É que nós, diante da aceleração do processo brasileiro de desenvolvimento, que põe em risco, como está pondo em risco, a nossa autenticidade, a nossa verdade, o nosso perfil de identidade nacional, temos que mobilizar tudo a partir desses componentes pretéritos, para chegarmos a uma ação mais efetiva, mais forte. São inúmeros os detalhes, as faces desse problema que eu ainda poderia expor aos senhores. Entretanto, é muito mais correto que se interrompa e seja possível o diálogo, a pergunta. Acredito que essa introdução talvez tenha sido um pouco desorganizada, um pouco emocionalmente forte e talvez pouco consistente, em certos termos de objetividade. Mas achei, Srs. Deputados, que esse era o recado que deveria trazer, porque o resto — o detalhamento, a objetividade maior, no sentido mais pragmático da coisa — nós poderemos discutir e analisar em conjunto, a qualquer momento e em qualquer ocasião que os Srs. me derem de aqui voltar. Muito Obrigado.